

A Colonialidade e as Intersecções de Gênero, Raça e Sexo na Obra “O Alegre Canto da Perdiz” de Paulina Chiziane

Colonialidad y las Intersecciones de Género, Raza y Sexo en la Obra “O alegre Canto da Perdiz” de Paulina Chiziane

Coloniality and the Intersections of Gender, Race and Sex in Paulina Chiziane's “The Joyful Song of the Partridge”

Maria Ivonete Coutinho da Silva

Resumo: Este artigo analisa o romance “O Alegre Canto da Perdiz”, da escritora moçambicana Paulina Chiziane, com o objetivo de evidenciar as manifestações da colonialidade na narrativa a partir dos discursos e posicionamentos das personagens. Com base no contexto socioliterário e na teoria da interseccionalidade, o estudo discute a colonialidade do poder e de gênero, destacando a relação entre raça, gênero e classe na manutenção das estruturas de dominação no sistema social e capitalista vigente.

Palavras-Chave: Colonialidade. Interseccionalidade. Gênero. Raça. Sexo.

Resumen: Este artículo analiza la novela “O Alegre Canto da Perdiz”, de la escritora mozambiqueña Paulina Chiziane, con el objetivo de evidenciar las manifestaciones de la colonialidad en la narrativa a partir de los discursos y posicionamientos de los personajes. Basándose en el contexto socio-literario y en la teoría de la interseccionalidad, el estudio discute la colonialidad del poder y de género, destacando la relación entre raza, género y clase en el mantenimiento de las estructuras de dominación en el sistema social y capitalista vigente.

Palabras Clave: Colonialidad. Interseccionalidad; Género. Raza. Sexo.

Abstract: This article analyzes the novel “O Alegre Canto da Perdiz” by the Mozambican writer Paulina Chiziane, with the aim of highlighting manifestations of coloniality in the narrative through the discourses and positions of the characters. Based on the socio-literary context and intersectionality theory, the study discusses the coloniality of power and gender, emphasizing the relationship between race, gender, and class in sustaining the structures of domination within the current social and capitalist system.

Keywords: Coloniality. Intersectionality. Gender. Race. Sex.

Maria Ivonete Coutinho da Silva – Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Sociais e pós-doutora pela Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Membro das Academias de Letras de Altamira e de Cordelistas da Transxingu. E-mail: ivoneteufpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Por que não me fizeste com um branco, mãe? Felizes são as mulatas e as brancas, que nasceram com diamantes no corpo. (CHIZIANE, 2008, p. 80)

Este trabalho fundamenta-se nos estudos feministas pós-modernos e nos estudos pós-coloniais, os quais abordam os processos civilizatórios ocidentais sob uma perspectiva crítica, no sentido de desconstruir as narrativas hegemônicas, etnocêntricas heteronormativas que sistematicamente predominam nos contextos de colonização e de ocupação dos territórios, sob a perspectiva do domínio cultural, político e econômico, cujo poder se consolida ao se apropriar de áreas de terras e dos seus recursos naturais. Esses territórios e suas populações autóctones são subjugadas pelo saber eurocêntrico ocidental que invalida os bens e saberes tradicionais, em primazia de um conhecimento que orienta esses povos a se adequarem e se sujeitarem aos projetos e interesses dos colonizadores de forma compulsória e sistemática.

Sob esta abordagem, o texto em tela se fundamenta nas discussões sobre colonialidade e as formas de decolonização, que buscam desconstruir as premissas impostas pelo sistema colonial, as quais se fazem presentes na atualidade, exercendo a sua função dominante através das instituições, dos discursos e ideias, bem como de comportamentos que legitimam e valorizam o poder de determinados grupos humanos sobre outros, estigmatizados pela sua condição de raça, de cor e de sexo.

Para ampliar o olhar sobre os sistemas de poder e as relações de gênero pautadas na heteronormatividade patriarcal, é preciso uma leitura transdisciplinar e interligada com as categorias de raça, de classe e de sexo, no sentido de analisar as interseccionalidades existentes e que se relacionam de forma dinâmica e diferenciada de acordo com os paradigmas propostos e sistematizados pelas estruturas de poder impetradas na sociedade global.

Já foi dito por diversos estudiosos que o principal motivo que move a empreitada colonial é sempre o econômico, o lucro, a exploração de bens e recursos naturais para o enriquecimento de forma mais rápida e com menos custos, a partir da exploração de determinado grupo sobre outros, neste caso, do branco sobre outros povos, estigmatizados pela sua cor e raça. Sendo que a raça foi e ainda persiste como o principal motivo da influência e do poder que o branco europeu encontrou para justificar a barbárie e a violência impostas nos processos “civilizatórios”, com base na concepção eurocêntrica de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Os estudos de Frantz Fanon (1968; 2020) mostram essa cisão entre o mundo do colono e o do colonizado, um mundo dividido em compartimentos no qual as estruturas econômicas e as desigualdades sociais são justificáveis pelo fato de pertencer a determinado grupo racial, sua cultura e sua cor são colocadas em desvantagens em comparação a dos brancos, visto que sua condição social, as desigualdades e as explorações sofridas são veiculadas pela espécie racial. “Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico” (FANON, 1968, p. 29).

Para tanto, tornou-se necessário submeter os povos e suas culturas aos princípios e referenciais do colonizador, condicionando a força e a inteligência do colonizado ao seu favor, sob a égide do racismo que, levado pela práxis do sistema colonial e engendrado a cada instante pelos estatutos políticos, sociais e econômicos aparelhados pelo sistema colonial, se sedimenta e se espalha como um processo natural. “Quando se observa em sua imediatez o contexto colonial, verifica-se

que o que retalha o mundo é antes de qualquer coisa, o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça”, diz Fanon (1968, p. 29).

O racismo está inscrito nas instituições coloniais que o legitima, na medida em que submete o homem a um estado de subumanidade, visto que a Declaração dos Direitos do Homem não lhe diz respeito, ao contrário, uma vez que não tem direitos, ele é abandonado sem proteção às forças inumanas da natureza e às rígidas leis da economia (SARTRE, *apud* MEMMI, 2007, p.28).

Assim, para discutir as premissas que perpassam o bojo do sistema colonialista e sua contínua atuação nos processos de colonialidade presentes, sobretudo, de forma relacional e interseccional nas questões de gênero, de raça e de sexo, é necessário adentrar nos estudos que desvendam esses processos sob a perspectiva da desconstrução e reconstrução de um olhar mais crítico e, por que não dizer, desconfiado, frente aos discursos e comportamentos sistematicamente consolidados e recalitrados pelo sistema colonial. “O colonialismo habitará a nossa mente e o nosso ventre e a liberdade será apenas um sonho” (CHIZIANE, 2018, p. 63).

A descolonização apresentada por Fanon (1968) é inevitavelmente um processo complexo, indescritível e violento, ela só toma forma no confronto com os paradigmas e fatos que sustentam o colonialismo como filosofia/teoria e prática. Com esse entendimento, o colonizado reage de forma contundente e, se preciso, violenta a quaisquer forma e discurso de dominação, de exploração e desumanização da sua condição de colonizado. Reconhecer a colonialidade que perpassa as relações de poder, de gênero e de raça, colocando o ser sob uma condição de inferioridade, requer, sobretudo, um processo de descolonização diante de tudo que, sistematicamente, norteia os comportamentos, bem como a consciência do outro, enquanto ser colonizado. Esse posicionamento deve ser contínuo e firme, pautado na formação de novas ideias com base no conhecimento histórico sobre os processos de colonização e de colonialidade que persistem com seus discursos e práticas institucionalizadas.

A colonialidade e o colonialismo se referem a fenômenos diferentes, porém, inter-relacionados. Colonialismo representa a dominação política, econômica e territorial de alguns povos sobre outros, sendo anterior à colonialidade que, por sua vez, se refere ao sistema de classificação universal existente no mundo há mais de 500 anos. Para Quijano (2005, p. 115), ela se impõe como uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo.

1. Colonialidade de Poder e de Gênero na Obra

Observamos que, nos processos de colonização/colonialismo, as relações de trabalho, de poder e de gênero estão imbricadas nas concepções e paradigmas do que se entende por colonialidade, onde tanto os homens como as mulheres internalizam essas ideias, refletindo-as nos seus modos de vida e, sobretudo, nas relações de trabalho e de poder. Para Albert Memmi (2007), há uma íntima relação entre o colonizado e o colonizador, um se vê refletido no outro, não há colonialismo sem a presença e intervenção de ambos. Essa interdependência se dá pelo fato da consciência dos privilégios dados ao colonizador também ser almejada pelo colonizado, e que essas vantagens naturalmente adquiridas por ser o colonizador é fruto da relação de reciprocidade entre eles.

Ele sequer pode decidir evitá-los: deve viver em constante relação com eles, pois é justamente essa relação que lhe permite a vida que decidiu buscar

na colônia; é essa relação que é frutífera, que cria privilégio. Ele se encontra sob o prato de uma balança, em cujo outro prato está o colonizado. [...] é porque o colonizado é explorável à vontade e não é protegido pelas leis da colônia [...] (MEMMI, 2017, p. 41)

Essa relação de interdependência e de exploração passa a ser questionada e exposta pelos estudos pós-coloniais que envolvem certas questões de classe e de raça, de gênero e as concernentes maneiras de opressão das elites coloniais e dominantes no que diz respeito aos diferentes modos de opressão e discriminação de diversos grupos excluídos. Neste contexto, surge, em 1990, o grupo modernidade/colonialidade formado por intelectuais da América Latina, com destaque para o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo argentino-americano e teórico cultural Walter D. Mignolo, os quais têm como objetivo básico desmistificar uma leitura rasa e eurocêntrica, onde o colonialismo aparece como uma derivação da modernidade, ao mesmo tempo em que contribui apenas com recursos e mão de obra para a formação do capitalismo global.

Este grupo discute alguns conceitos-chave com os quais o sistema do mundo moderno colonial, como a construção de processos e formações sociais que seguem o colonialismo moderno e as modernidades coloniais, se articulam aos modos de poder em um sistema, conforme descrito por seus autores.

“Colonialidade do poder” (Quijano), um modelo dominante global, instituído desde a conquista da América, que vincula raça e trabalho, espaços e pessoas, conforme as demandas do capital e os benefícios dos brancos europeus. “Diferença colonial e colonialidade global” (Mignolo), as quais se referem ao conhecimento e dimensões culturais do processo de subalternização provocado pela colonialidade do poder, a diferença colonial traz as diferenças culturais nas estruturas globais de poder. “Colonialidade do ser” (mais recentemente sugerido por Nelson Maldonado-Torres nos debates em grupo) como a dimensão ontológica da colonialidade em ambos os lados do encontro. (ESCOBAR, 2003, *apud* REAL, 2021, p. 45)

Contudo, é sobre a colonialidade do poder, na acepção de Quijano, que essa discussão será desenvolvida, visto que ele apresenta esse conceito mostrando que a colonialidade do poder está intrinsecamente inter-relacionada com a ideia de raça, e, sob essa concepção, se fundamenta o padrão atual de poder como um elemento fundante da classificação social básica e universal da população do planeta:

[...] é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a

base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (QUIJANO, *apud*. COSTA; 2012; p. 45 - 46)

Ao aprofundar essa discussão, entende-se que os esteios da colonialidade e do poder estão relacionados ao controle e usurpação do saber, do ser, da natureza e do gênero (QUIJANO, 2015). Estes esteios se expandem e estão presentes de forma sistemática nos países colonizados e se fortalecem através dos sistemas político, econômico e, sobretudo, nas relações de poder e de gênero. Observa-se que, nos processos de colonização/colonialismo, as relações de trabalho, de classe, de raça e de sexo estão imbricadas nas concepções e paradigmas do que se entende por essa ideia de colonialidade.

Desse modo, a colonialidade é exercida pelos países colonizadores sobre suas colônias ou ex-colônias com o sistemático propósito de controle e de dominação sociocultural, política e econômica desses territórios e também das mentes das pessoas colonizadas. O conceito de colonialidade é que determina e classifica, de forma universal, hegemônica e eurocêntrica, o significado e as estruturas do saber, do ser, da natureza, do poder e do gênero.

Esse posicionamento se aprofunda tendo como referência os estudos de María Lugones (2008), que discorre sobre a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender a preocupante indiferença que os homens demonstram em relação às violências que sistematicamente são infringidas contra as mulheres negras, ou seja, nas mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero.

Considerando que a concepção e *modus operandis* da colonialidade está imbricada com as relações interseccionais de gênero, de raça, de classe e de sexo, este artigo procura compreender o descaso que os homens demonstram em relação às violências que, constantemente, são infringidas às mulheres negras, indígenas, asiáticas, migrantes, ou seja, contra as mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero.

2. As Teorias Feministas Decoloniais e a Interseccionalidade

Esse debate, que nem sempre chega a um denominador comum, parte do princípio do sujeito situado, do lugar da fala, neste caso, de onde vêm os discursos normativos que definem os modos de vida, as ideias e concepções de mundo, que são norteadas pelos princípios da neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência. Este questionamento leva ao entendimento e a convicção de que os paradigmas que sustentam essa visão de mundo são construídos sistematicamente pelos aparelhos ideológicos, os quais atuam a serviço do Estado e, conseqüentemente, a favor da manutenção e reprodução da ordem social vigente, segundo o filósofo Louis Althusser, ao qual Lélia Gonzalez se refere para ressaltar que:

[...] a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seus comportamentos imediatos”. É essa ideologia que tudo impregna, indicando a superioridade dos valores da cultura ocidental branca e promovendo a negação da raça e das culturas não brancas. Esse é um pressuposto da dominação colonial. (GONZALES, *apud*, MACIEL, 2023, p. 17)

A sociedade e as pessoas são regidas e orientadas pela visão de mundo daqueles que criaram essa racionalidade social e saber científico, no caso, os homens, ocidentais, membros das classes dominantes, compostas, na sua grande maioria, por pessoas brancas. Diante dessa realidade, as teorias feministas pós-moderna, ou pós-colonial, assumem uma postura epistemológica e política de enfrentamento e proposição de novos paradigmas que contemplem as diversas realidades de gênero, de raça, de sexo e de classe social, sobretudo daquelas mulheres que vivem em países periféricos, historicamente colonizados e dominados pelos padrões da moderna colonialidade.

Neste sentido, situam-se os posicionamentos feministas, de uma política decolonial, os quais se inscrevem no amplo movimento de reapropriação científica e filosófica que revisa a predominante narrativa europeia do mundo. O feminismo decolonial se opõe frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres, sobretudo de mulheres racializadas.

Esse “conhecimento situado” *apud* Hirata (2014), perpassa as questões acerca da interseccionalidade, a qual é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patrícia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um “projeto de conhecimento” e uma arma política (HIRATA, 2014, p. 69).

Este posicionamento, que está para além de uma nova vertente ou onda feminista, vem também para validar as histórias e as lutas invisibilizadas de muitas mulheres violentadas e silenciadas porque demonstraram resistência e inaceitação às ordens impostas pela violência do sistema colonizador patriarcal. Neste sentido, se articula com o feminismo decolonial, que se volta para os problemas gerados pelas relações coloniais (em que se inserem a escravidão e seus efeitos deletérios), e também para as imaginações emancipatórias elaboradas neste mundo em que a questão de raça se impôs de forma visceral (RIOS, 2020).

O feminismo decolonial se apoia na longa história das lutas das mulheres autóctones, suas antepassadas, mulheres reduzidas à escravidão, mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação, mulheres índias que se submeteram à morte a se deixar ser dominada e violentada sexualmente nos diversos cenários de colonização. Nesse sentido, opõe-se ao “feminismo civilizatório”, que, na verdade, é uma faceta assumida por organismos internacionais que, em geral, validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas (RIOS, 2020).

Esta postura feminista perante o mundo e suas ações capitalistas e heteropatriarcal e heteronormativa vem se afirmando desde o início do século XXI; há alguns anos, desenvolve uma multiplicidade de práticas, experiências e teorias sobre a opressão e sistemas de dominação que se manifestam cruelmente, sobretudo na forma de racismo e sexismo. Assim, a política feminista decolonial trata dessas questões de modo transversal e interseccional, levando em conta que os sistemas opressores agem numa corrente na qual a classe, o gênero, o sexo e a raça se intercalam e se imbricam, sempre embrulhados nas artimanhas das estratégias de dominação e opressão.

O chamado feminismo interseccional conheceu relevância graças ao trabalho e ao pensamento coletivo das feministas negras americanas a partir dos anos 1970, cunhado por uma série de movimentos e posicionamentos políticos, os quais questionavam o movimento feminista liberal e civilizatório que não contemplava a mulher de cor, sua condição social, sua diversidade de raça e sexual. Dessa forma, desestabiliza o feminismo civilizatório, que transforma os direitos das mulheres

em uma ideologia de assimilação e de integração à ordem neoliberal e aos privilégios concedidos aos homens brancos em razão da supremacia racial branca.

Com vistas nessas abordagens e debates feministas, buscamos mostrar, neste trabalho, as nuances da colonialidade do poder, do gênero e, de modo contundente, das formas de colonialidade de sexo e de raça, tão perceptíveis nas narrativas literárias, bem como nas descrições de cunho etnográfico, por se apoiarem nas memórias, nas tradições e nos costumes e nos relatos das lutas coletivas e individuais sofridas e vivenciadas por comunidades e tribos africanas, que enfrentaram os desmandes cruéis do sistema colonialista.

3. Abordagem da Obra: reflexos da colonialidade e as intersecções de gênero, raça e sexo

Aqui serão abordadas algumas narrativas literárias situadas em contextos geográficos e socioculturais em Moçambique - África, os quais vivenciaram e foram marcados pelos diversos processos de colonialismo europeu, no entanto, o foco de análise e aprofundamento se dá a partir da obra *“O alegre Canto da Perdiz”* de Paulina Chiziane (2018).

Esta escritora moçambicana é reconhecida por suas obras com significativa expressão feminina, abordando temática e fatos relacionados às questões de gênero e racial. Misturando com maestria as linhas da imaginação e do misticismo, apresenta um retrato poderoso e peculiar da sociedade e da mulher africana. Dessa forma, demonstra estar atenta aos processos de colonialidade que perpassam os modos de vida e cosmovisão dos povos colonizados, sobretudo, do seu povo africano, quando, em meio ao texto narrativo, declara que o colonialismo está impregnado nos corpos e nas mentes de pessoas colonizadas.

Ganhadora do prêmio Camões, Chiziane é a primeira mulher africana a ser laureada com uma das principais honrarias da literatura em língua portuguesa, é conhecida por dar papel central à figura da mulher africana em seus livros e, em 2023, a BBC a elegeu como uma das cem mulheres mais inspiradoras do mundo. A obra que lhe trouxe notoriedade foi a publicação do livro *Niketche: uma história de poligamia*. Por essa obra, ela ganhou o Prêmio José Craveirinha, da Associação dos Escritores Moçambicanos, esta obra foi traduzida para outras línguas.

As traduções de obras de Paulina Chiziane publicadas fora do espaço de língua portuguesa, para seis línguas: para inglês (duas traduções diferentes do mesmo livro), uma para francês, três para alemão, quatro para o italiano, três para espanhol e uma para sérvio, num espaço de tempo de 20 anos entre 1997 e 2017. Este número faz de Paulina Chiziane a autora mais traduzida entre os africanos que escrevem em português, sendo que só têm mais traduções Mia Couto, Pepetela, Agualusa, Ondjaki, Luandino Vieira e Germano Almeida, todos homens. (BUCAIONI, 2020, p. 354)

Ela se declara uma contadora de histórias, daquelas que, ao pé da fogueira, tantas vezes viu e ouviu de suas ancestralidades, sua primeira escola de arte, onde a imaginação e a criatividade davam formas às coisas e aos seres ali apresentados, entre um misto de realidade e misticismo. Assim, vê na linguagem a forma de descolonizar o olhar e deslocar para as tramas que se cruzam num estilo prosaico e fabular, mas que não foge da realidade, das dores, do abandono, do desenraizamento imposto pela branquitude, impregnada pela desculturação colonialista.

Na obra “*O Alegre Canto da Perdiz*” (2018), entramos em contato com a complexa rede social do período de dominação portuguesa em Moçambique, no qual as mulheres vivenciaram, com seus corpos, seus sexos, seus sonhos e vontades, sempre subjugados e violentados pelas ambições do invasor, uma relação de confronto e de acomodação, entre o desejo de branquitude e melhor condição social e a valorização e aceitação das suas identidades, suas tradições e memórias ancestrais.

As personagens negras e mestiças, como Serafina, Delfina, Maria Jacinta e Maria das Dores, sofrem no corpo e na alma as disputas e favores atribuídos a cada uma de acordo com a sua condição racial, negra, ou mestiça, enfrentavam os dissabores de não poderem viver suas identidades plenamente, nada lhes parecia normal no dia a dia, ameaçadas pelos riscos da negação ou da aceitação.

Os filhos negros representam o mundo antigo. O conhecido. São o meu passado e o meu presente. Sou eu. E eu já não quero ser eu. Os filhos mulatos são o fascínio pelo novo. Instrumentos para abrir as portas do mundo. (CHIZIANE, 2018, p. 228)

Há uma geopolítica do corpo, como apropriação de um território demarcado pela colonialidade, que se configura na personagem Delfina, que não se permite amar um preto, mesmo que o deseje e sintam-se inteira com ele. Ela sabe que seu corpo é objeto de prazer e de domínio do colonizador. Através do seu corpo, ela também demarca o seu espaço, enquanto uma preta que pode adentrar no mundo privilegiado dos brancos. Saber usar seu corpo de forma desprendida de sentimentos amorosos, mas com a intencionalidade de adquirir os atributos do branqueamento, da perspectiva de melhorar a sua raça com extensão de filhos mulatos, os quais terão mais oportunidades de acessar outros espaços que jamais seriam concedidos a uma pessoa preta.

O meu estatuto é maior a partir de agora! Mãe de mulata. Concubina de branco. Não mais morrerei à míngua, com esta filha que é minha segurança. Erguerei esta criatura como uma bandeira branca, a acenar para os marinheiros e a gritar: sou vossa! Juntei o meu sangue ao vosso na construção de uma nova raça. (CHIZIANE, 2018, p. 184)

Delfina, mulher preta, inteligente e sagaz, usa com maestria o corpo como uma política de subversão do espaço determinado pela questão racial; morar numa casa de alvenaria, com condições de higiene e bem localizada, além da consciência de ser progenitora de uma nova raça, ela também sabe que o uso do seu corpo com uma política de ocupação de um espaço é abusivo, porque esse espaço já pertence a seu povo por direito ancestral.

A intersecção entre raça, sexo e gênero é constante e se apresenta na obra, configurados nos personagens principais: José, Delfina e Serafina, figuras racializadas, demarcadas pelos nós estruturais, conforme descrito por Walter Mignolo (2017, p. 10).

Por isso, começo com o nó histórico-estrutural racial, em que as diferenças coloniais e imperiais foram ancoradas. As diferenças coloniais e imperiais também moldaram relações patriarcais, uma vez que as relações hierárquicas sexuais dependem muito, no mundo moderno/colonial, da classificação racial. (MIGNOLO, 2017, p. 10).

Serafina, a mãe negra e sofrida de Delfina, aborda a questão da escravidão e estratificação racial imposta pelo sistema colonizador. Ela expressa com clareza a forma como os colonizadores se apoiam na inferiorização da raça para justificar a barbárie da escravidão e o domínio sobre os povos não europeus, em nome da civilização e de uma teopolítica ocidental. Tal perspectiva pode ser observada no trecho a seguir: “Alguma vez perguntaram o que sente uma mãe ao ver os filhos partirem para uma escravatura? E tu Delfina, escolhes o caminho do sofrimento. Vais casar com um preto, parir mais pretos e mais desgraças.”(CHIZIANE, 2018, p. 97).

Mignolo (2017) explica que o fundamento histórico da Matriz Colonial do Poder (MCP) e, consequentemente, da civilização ocidental foi teológico: a teologia cristã é responsável por marcar no “sangue” a distinção entre cristãos, mouros e judeus. Para ele, a geopolítica e a política, as quais incorporavam o conhecimento e os pensamentos acerca do gênero, religião, classe, etnia e língua, foram diluídas e ocultadas, frente à enunciação da epistemologia ocidental, era impetrada na mente em relação ao Deus e razão ocidental, como forma de sustentar a matriz colonial (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Violentados nas suas crenças e mitos, sentem-se desamparados e vulneráveis; o Deus cristão é para eles algo abstrato e invisível, uma vez que seus deuses são personificados e evocados pelo curandeiro, quando precisam de ajuda e orientação. Assim, não sabiam se comunicar com essa religiosidade ocidental, visto que, nas suas línguas e origem, não havia uma denominação linguística, nem a significação que correspondesse à fé e ao poder desse Deus que os colonizadores lhes apresentaram.

A religião dos brancos não serve aos pretos – delira José dos Montes – os deuses deles estão longe e os nossos perto. Os anjos deles mandam rezar e os nossos mortos respondem logo. Deus fala quando quer, os mortos dão respostas imediatas a qualquer momento. (CHIZIANE, 2018, p. 157)

Através do personagem José dos Montes, também se pode perceber como as questões de gênero estão imbricadas com as relações de classe, raça e sexo. Ele, um negro robusto, corajoso e destemido, facilmente é escolhido para compor a categoria dos assimilados, renegando a sua classe social e as suas origens. Para atender aos caprichos de sua mulher Delfina, parte para servir os colonizadores portugueses no enfrentamento aos grupos de resistência que seu povo levantava contra a escravidão que avançava sobre eles. Enquanto era temido por muitos pela forma de agir contra seu povo de forma indiferente e cruel, ao mesmo tempo, era subjugado pelos desejos e paixão que sentia por sua mulher, mesmo quando esta lhe trai e concebe uma filha com um homem branco.

José estava predestinado ao fracasso, uma visão que corresponde às premissas da colonialidade, que vê na identidade racial, no gênero e no sexo os elementos determinantes da vulnerabilidade do desequilíbrio e da incapacidade de superar as adversidades e vencer no campo pessoal e pessoal. Este condicionamento é estruturado e previsto pelo sistema colonial, que, de certa forma, teme a força e a resiliência das pessoas colonizadas diante da violência e opressão impostas no decorrer dos processos de colonização.

Assim, suas forças deveriam ser contidas, podadas, para que, futuramente, não viesse a se rebelar contra os brancos que o subornaram, transformando-o em um homem cruel e “selvagem”; o sistema colonizador não podia tê-lo como uma ameaça, por isso, procuraram lhe atingir na alma e na sua dignidade de macho, de homem e esposo.

Todo homem forte tem um ponto fraco. Ele é casado com uma ninfo-maniaca, essa Delfina, uma rapariga que já nos serviu e continuará a servir-nos a todos. Muito volúvel. De amor por Delfina, ele vive. De amor por ela, morrerá. (CHIZIANE, 2018, p. 136)

Aqui, tanto o homem preto como a mulher preta são estigmatizados pela cor, pela condição de raça, de gênero e sexo. Suas vidas são determinadas e orientadas por esses estigmas, mulher preta é tida como incontida nos desejos sexuais, boa amante, resiliente, disposta a reproduzir e “melhorar a raça”. O homem preto, condicionado ao trabalho duro, à submissão forçada, a desempenhar tarefas árduas que dependem dos atributos físicos e da coragem destemida. Essas relações de gênero favorecem as estruturas da matriz colonial de poder, as quais são sustentadas pelos paradigmas da colonialidade, ou dos nós históricos estruturais (MIGNOLO, 2017), que trabalham de forma organizada, interconectada e sistemática, para o engendramento do poder, do ser, da natureza, com o objetivo de consolidar e normatizar de forma subjacente a lógica da colonialidade.

Diante dessa realidade pode-se perceber que a obra “*O alegre Canto da Perdiz*” (CHIZIANE, 2012) nos leva à reflexão e à análise de como as relações de trabalho e de poder estão intrinsecamente articuladas com as questões de gênero, de raça, de cor e de sexo. Fazer essa leitura exige um esforço descentralizado do sistema global de conhecimento, observando que é preciso retomar essas categorias analíticas a partir de uma teoria transdisciplinar, que as questões da interseccionalidade ou consubstanciada se apresentam como forma de avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão (HIRATA, 2014; 2020).

Esta autora (*apud* Bilge, 2009, p. 70) ressalta que, através de um olhar transdisciplinar, busca-se apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado, mas sem se prender ao simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra em estudo, a materialidade dos corpos literários representa muito mais do que meras personagens. Através delas, se adentra num campo de conhecimento das relações de poder e de gênero imbuídas nos discursos e falas das personagens. O narrador onisciente dá conta de mostrar as entrelinhas do sistema de dominação e de exclusão social através do espaço e da linguagem atribuídas às personagens negras. Os corpos de homens e mulheres negras são objetivados, frutos de práticas reiterativas de discriminação, violação de direitos e negação de suas identidades e referenciais históricos dos seus ancestrais.

A obra literária é um ponto de partida para explorar as diversas expressões linguísticas que denotam o sistema social, político e econômico de determinado contexto sociocultural. Nem sempre é possível mostrar com intensidade ou com posicionamento as mazelas e desumanização pelas quais as pessoas colonizadas e racializadas passam ou passaram. Mas a literatura permite esse espaço de liberdade de expressão e, sob a orientação da vertente interseccional, pode-se analisar como um determinado contexto social se entrelaça com os fatores de discriminação de raça e de sexo.

É o que se pode observar na leitura e análise do romance “*O Alegre Canto da Perdiz*” de Paulina Chiziane (2018), através do qual nos é permitido explorar, através do contexto literário e das personagens principais, a expressão dos sentimentos das dores e despersonalização de um povo massacrado e execrado de suas identidades socioculturais em nome da colonização e do desenvolvimento segundo os moldes e interesses do mercado capitalista ocidental. A autora traduz com intenso envolvimento a dor do/a outro/outra, ao ponto de envolver o leitor no sofrimento das personagens e das situações de violência que as desumaniza, levando-nos a refletir sobre esse sistema de dominação colonial e sua perenidade, sob a égide da colonialidade impressa nas estruturas das sociedades pós-modernas.

REFERÊNCIAS

- BUCAIONI, Marco. *Uma escritora em trânsito das margens da periferia subalterna para o centro do sistema literário mundial: em torno do caso de Paulina Chiziane*. Lisboa: CLEPUL/FLUL, 2020.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. *Diogenes*, v. 1, n. 225, p. 70–88, 2009.
- CHIZIANE, Paulina. *O alegre canto da perdiz*. Porto Alegre: Dublinense, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world? In: *COLÓQUIO INTERNACIONAL INTERSECTIONNALITÉ ET COLONIALITÉ: DÉBATS CONTEMPORAINS*, 2014, Paris. Comunicação oral. Paris: Université Paris Diderot, 28 mar. 2014.
- COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Portuguese Cultural Studies*, v. 4, p. 41–64, out. 2012.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73–101, jul./dez. 2008.
- MACIEL, Regimeire Oliveira. *A vitalidade do pensamento de Lélia Gonzalez* [livro eletrônico]. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Instituto Conhecimento Liberta, 2023.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Tradução de Marcelo J. de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

REAL, Eduardo de Oliveira Soares. Razão e fé. *Razão e Fé*, v. 23, n. 2, p. 45, 2021.

RIOS, Flávia. Feminismo decolonial. In: VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.